

COMÉRCIO GLOBAL E ESTRATÉGIAS DE MULTINACIONAIS DO AGRONEGÓCIO: UM ESTUDO DOS EFEITOS SOBRE A BIODIVERSIDADE, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL

GABRIEL SOUZA BELCHOR¹;
NÁDIA CAMPOS PEREIRA BRUHN³

¹Universidade Federal de Pelotas – gabrielbelchor10@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – nadiacbrhun@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Durante as últimas décadas, os países em desenvolvimento estabeleceram diversas políticas buscando promover a abertura dos seus mercados nacionais protegidos ao comércio internacional e ao Investimento Direto Estrangeiro (IDE). Desde então, as políticas de atração do IDE se tornaram uma prioridade da agenda de política de países em desenvolvimento, especialmente, pela compreensão de que ele configura como fonte potencial de criação de novos empregos e injeção de capital, na economia doméstica, que, usualmente, é acompanhada de novas tecnologias e inovações.

Os defensores do livre comércio afirmam que promover a abertura dos mercados nacionais protegidos ao comércio internacional e ao IDE é ambientalmente amigável, uma maneira de usar os recursos com mais eficiência, enquanto os ambientalistas argumentam que, a menos que seja acompanhado por rigorosas regulamentações, o crescimento induzido pelo comércio global esgotará e degradará ainda mais os ecossistemas.

O agronegócio brasileiro vem se destacando no cenário internacional nas últimas décadas por seu expressivo aumento em produtividade e sua crescente importância para a manutenção do equilíbrio da balança comercial do país. Contudo, a atual expansão do agronegócio e as estratégias de empresas multinacionais deste segmento, vista por muitos governantes, economistas e cientistas como inevitável e geradora de progresso e riquezas, pode atuar como fonte de pressão que prejudica a saúde dos ecossistemas e de vários grupos populacionais afetados, inclusive de gerações futuras.

Um dos grandes e atuais desafios para o desenvolvimento brasileiro é manter o crescimento da produção agropecuária e, ao mesmo tempo, reduzir os impactos dessas atividades sobre os ecossistemas em questão. Esse desafio surge em meio aos debates internacionais e às pressões cada vez maiores da sociedade por um novo modelo de desenvolvimento, que seja capaz de conciliar o crescimento econômico e a conservação do meio ambiente. Só muito recentemente as políticas governamentais para o setor agropecuário começaram a atentar para as questões relativas à sustentabilidade ambiental e a estabelecer programas e metas com esse objetivo.

Neste estudo buscar-se-á compreender a relação entre o avanço das atividades econômicas ligadas à agropecuária, a degradação sócio-ambiental e saúde coletiva na Amazônia Legal Brasileira. Assim, este estudo tem como objetivo a construção de uma proposta teórico-metodológica capaz de prover uma melhor compreensão dessas relações, tendo como referência o arcabouço teórico sobre vulnerabilidade socioambiental do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (2022).

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como exploratória, pois visa proporcionar maior familiaridade com o problema de pesquisa.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa utiliza de pesquisa bibliográfica, desenvolvida com base em dados secundários, constituídos principalmente de artigos científicos publicados em periódicos científicos reconhecidos da área.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A construção teórico-metodológica deste estudo tem como ponto de partida a identificação das interações que se estabelecem entre os ecossistemas e a sociedade humana como sistemas interligados, segundo proposição do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, 2022) sobre os Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade, contida no Sexto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (Contribuição do Grupo de Trabalho II).

Essas interações que se estabelecem entre os ecossistemas (incluindo sua biodiversidade) e a sociedade humana, são a base dos riscos emergentes das mudanças climáticas, degradação dos ecossistemas e perda de biodiversidade e que, ao mesmo tempo, oferecem oportunidades para o futuro (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, 2022).

A sociedade humana - por meio de perigos e exposição - gera impactos que podem ultrapassar os limites de adaptação e resultar em perdas e danos. Ela pode, então, se adaptar, se adaptar mal ou mitigar as mudanças, enquanto os ecossistemas podem se adaptar e mitigar dentro de seus limites. Os ecossistemas e sua biodiversidade fornecem meios de subsistência e serviços ecossistêmicos. A sociedade humana impacta os ecossistemas e pode restaurá-los e conservá-los.

O sistema socioambiental (ou sócio-ecológico), pode ser compreendido como um sistema que inclui aspectos do subsistema social (humano) e ecológico (biofísico) em interação mútua (Galopin et al., 2006). A partir dessa perspectiva, os seres humanos e o ambiente natural não são sistemas independentes, homogêneos ou incapazes de se adaptar às ameaças, sejam elas antecipadas, realizadas ou percebidas (Polsky et al., 2007). De acordo com Polsky et al. (2007), os sistemas humanos e naturais são vistos como intimamente conectados e expostos, sensíveis e adaptáveis às ameaças e essa lógica significa que adotar uma perspectiva de vulnerabilidade exige uma investigação completa dos aspectos biofísicos e sociais das interações homem-ambiente.

A avaliação da vulnerabilidade de sistemas integrados humano-ambiente tem o potencial de identificar regiões ou grupos populacionais vulneráveis, fornecendo subsídios para estratégias de monitoramento e orientando a formulação de políticas públicas. Dentre as possíveis abordagens amplamente usadas em avaliações de vulnerabilidade (abordagem participativa, baseada em modelos de simulação ou baseada em indicadores) a abordagem baseada em indicadores considera um conjunto de indicadores (Gallopín, 2006) para explicar as três dimensões da vulnerabilidade: Exposição (EX), Sensibilidade (SE) e Capacidade de Adaptação (AC).

Então, com base nessas considerações construiu-se o modelo teórico-metodológico (Figura 1) capaz de identificar regiões/municípios/áreas vulneráveis do ponto de vista socioambiental, tendo como premissa as relações que se

estabelecem entre o avanço das atividades econômicas ligadas à agropecuária, a degradação sócio-ambiental e saúde coletiva.

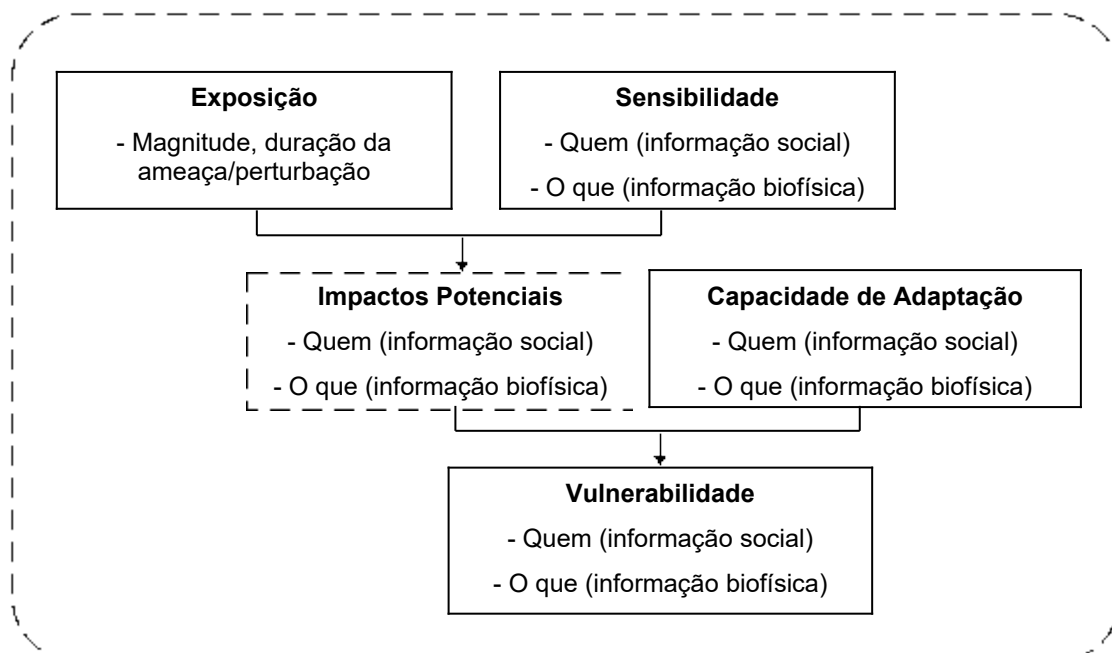


Figura 2. Estrutura conceitual de vulnerabilidade socioambiental
Fonte: Adaptado de Nguyen et al. (2016) e Rorato et al. (2022)

CONCLUSÕES

A saúde não pode ser dissociada do bem-estar, das mudanças sócio-ambientais e dos impactos nos ecossistemas. Os efeitos atuais sobre a saúde pública podem ser resultado de múltiplas interações de eventos, como por exemplo, mudanças ambientais que alteram a distribuição e comportamento de vetores e hospedeiros e resultam em epidemias de dengue, malária e leishmaniose, ou até mesmo eventos como secas e enchentes que resultam em infecções devido ao consumo de água contaminada.

Os ecossistemas fornecem uma variedade de serviços para a sociedade, porém, ao contrário do comércio, os ecossistemas não visam atender às necessidades humanas. Torna-se então responsabilidade da sociedade adaptar sua organização ao funcionamento do ecossistema. Assim, há um grande desafio para a saúde pública, que é o de estruturar indicadores que permitam antecipar e subsidiar os processos de planejamento e tomadas de decisões para prevenir as consequências oriundas do modelo de desenvolvimento econômico vigente, promovendo a melhoria da qualidade ambiental, da saúde e do bem-estar.

Portanto, é necessário realizar pesquisas empíricas para avaliar os efeitos de mudanças nos ecossistemas, identificar trade-offs entre produção, proteção ambiental e saúde. As áreas protegidas – em especial as Unidades de Conservação e as Terras Indígenas – são usadas para limitar perdas florestais e ajudam a reduzir os efeitos na saúde e desmatamento. Mas essas relações entre áreas de proteção e saúde ainda não são bem compreendidas, e essa compreensão pode gerar benefícios que se estendem para toda sociedade (PIENKOWSKI et al., 2017).

Apesar de sua importância, os biomas brasileiros estão sofrendo o pior ataque em uma geração - as comunidades indígenas e tradicionais sofrem violência desproporcional e repressão para defender seus direitos e florestas.

O cenário que se configura é extremamente preocupante, especialmente no bioma Amazônia, pois o desmatamento está aumentando devido ao avanço das atividades agropecuárias, enquanto as proteções ambientais e de direitos humanos estão sob ataque.

A proposta teórico-metodológica proposta neste estudo visa apresentar as contribuições iniciais de um projeto de pesquisa que irá, futuramente, buscar preencher uma lacuna na literatura ao propor uma abordagem conceitual e metodológica para analisar a vulnerabilidade socioambiental da Amazônia Legal Brasileira, contribuindo para a formulação de políticas públicas que resultem na garantia dos direitos e dignidade das populações que ali vivem.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Gallopín, G.C. **Linkages between vulnerability, resilience, and adaptive capacity.** Science Direct (2006).
<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0959378006000409>.

IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change), 2022. Pörtner, H.-O. et al., 2022: In: **Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change.** doi:10.1017/9781009325844.002.

Nguyen, T.T, Bonetti, J. Rogers, K., Woodroffe, C.D. **Indicator-based assessment of climate-change impacts on coasts: a review of concepts, methodological approaches and vulnerability indices.** Ocean Coast. Manag., 123, 2016, pp. 18-43, 10.1016/j.ocecoaman.2015.11.022.

Pienkowski, Thomas Et Al. **Empirical Evidence Of The Public Health Benefits Of Tropical Forest Conservation In Cambodia: A Generalized Linear Mixed-Effects Model Analysis.** The Lancet Planetary Health. August, 2017. Doi.Org/10.1016/S2542-5196(17)30081-5.

Polsky, R. Neff, B. Yarnal. **Building comparable global change vulnerability assessments: the vulnerability scoping diagram.** Glob. Environ. Change, 17, 2007, pp. 472-485, 10.1016/j.gloenvcha.2007.01.005.

Rorato, A.C. Escada, M.I.E., Camara, G., Picoli, M.C.A., Verstegen, J.A. **Environmental vulnerability assessment of Brazilian Amazon Indigenous Lands, Environmental Science & Policy, Volume 129, 2022, Pages 19-36, ISSN 1462-9011, <https://doi.org/10.1016/j.envsci.2021.12.005>.**